

CSA - CÂMARA DE CIÊNCIAS APLICADAS (COMUNICAÇÃO COORDENADA)

NOME: ISIS ARANTES MACIEL DE SOUZA

TÍTULO: BOLSA FAMÍLIA E MOBILIDADE SOCIAL: ALGUNS QUESTIONAMENTOS

AUTORES: ISIS ARANTES MACIEL DE SOUZA, ISIS ARANTES MACIEL DE SOUZA

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): FAPEMIG

PALAVRA CHAVE: BOLSA FAMÍLIA, MOBILIDADE SOCIAL, POBREZA

RESUMO

Ancorados na proposta de interrupção do ciclo da pobreza feita pelo programa Bolsa Família faremos uma análise de impacto do Programa Bolsa Família sobre a mobilidade social brasileira. O Programa consiste em uma ação de transferência de renda com condicionalidades e é destinado às famílias pobres e extremamente pobres. De acordo com Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), estas condicionalidades reforçam o acesso aos direitos sociais básicos e contribuem para que as famílias consigam romper o ciclo de pobreza entre gerações. Como medida de curto prazo o Bolsa Família tem como característica a transferência de dinheiro às famílias pobres para aliviar os efeitos imediatos da pobreza, assim as famílias passam a ter condições mínimas para aquisição de bens e serviços básicos para a subsistência. A longo prazo, o programa possui as condicionalidades educação e saúde que tem como propósito enfrentar os mecanismos de reprodução da pobreza. A condicionalidade educação é a exigência de frequência escolar mínima para as crianças e jovens das famílias atendidas pelo programa, estabelecida com intuito de romper o chamado ciclo intergeracional da pobreza. A transferência de recursos às famílias tem como objetivo principal o alívio ou atendimento imediato das principais manifestações da insuficiência de renda, como a fome e necessidades básicas de subsistência.

Este trabalho se motiva por questionamentos referentes as portas de saída, que são a pretensão do Programa: retirar as famílias da situação de pobreza. Assim, temos como objetivo principal responder a seguinte pergunta: as chances de mobilidade social aumentaram, ao longo do tempo, para os brasileiros pobres que são beneficiários do Programa Bolsa Família vis a vis os brasileiros pobres que não são beneficiários do Programa Bolsa Família? A pergunta guia da tese tenta articular categorias analíticas distintas, mas que acreditamos estar relacionadas em algum momento e nos ajudará a contribuir com a literatura.

Os resultados parciais desse trabalho se articulam em três eixos 1) revisão bibliográfica sobre o Programa Bolsa Família 2)revisão bibliográfica sobre mobilidade social 3) metodologia. A construção do primeiro eixo nos remete a um contexto de acentuada desigualdade social, onde grande parte de sua população encontra-se em situação de pobreza. No Brasil, a desigualdade econômica é resistentemente alta, a pobreza é alarmante e a escolaridade muito baixa afirma Kerstenetzky (2009) se valendo de dados dos anos de 2005 a 2007. Esses atributos de caráter excludentes enraizados em uma sociedade hierárquica, do ponto de vista social, levou o Brasil a ser um caso de destaque entre os países socialmente mais desiguais, em que pese sua posição entre as maiores economias do planeta. Essa pobreza se torna ainda mais potente e perversa por sua perpetuação entre gerações, o que gera desdobramentos problemáticos e complexos.

Como afirmam Zimmermann, & Espínola, (2015), o PBF é motivo de divergências na literatura, seja por suas premissas, seja no que tange a diminuição da pobreza, o valor do benefício, a exigência das condicionalidades, os erros de inclusão, o beneficiamento político e as portas de saída. Soares, Ribas e Osório (2010) e grande literatura constataram que o Bolsa Família contribuiu para a redução da extrema pobreza no Brasil, dados que mostram o sucesso do objetivo imediato do programa. Entretanto, existe na literatura debates sobre a interrupção da pobreza. Para parte da literatura há pouca eficiência quanto à mobilidade social, pois o programa não tem aparato adequado para qualificação profissional, oferta de empregos e oportunidades de geração de renda. Assim, apesar do Bolsa Família aumentar a permanência dos filhos dos beneficiários na escola, ele possuiria fragilidades para uma política que se propõe, em longo prazo, superar o ciclo intergeracional da pobreza. Para Lazani (2011) o PBF diminui a pobreza e a miséria extrema, mas sozinho é incapaz de produzir transformações mais substanciais a médio e longo prazo. Vaitsman et al. (2007) ressaltam que a melhora em indicadores deve resultar na melhora da progressão escolar das crianças, entretanto, essa transformação nas expectativas somente produzirá mudanças sociais mais concretas se for acompanhada de mudanças qualitativas no nível das escolas frequentadas pelas parcelas mais pobres da população. Bichir (2010) também questiona o Programa Bolsa Família em termos de seus impactos sobre a redução da pobreza e da desigualdade, acreditando que o debate deve apontar para a necessidade de articulação do Programa com outras políticas — saúde, educação, geração de emprego e renda, entre outras. Essas outras políticas questionadas por Bichir (2010) são outros programas sociais, localizados em outros ministérios, que deveriam complementar o Bolsa Família.

A literatura discute e diverge sobre o que deve ser considerado como mobilidade intergeracional, apontando como possibilidades mobilidade em termos de renda familiar, níveis de educação, status ocupacional, entre outros. Ribeiro (2007) define que análises sobre mobilidade social comparam a classe da família onde as pessoas cresceram, definida pela ocupação dos pais, com a posição de classe que alcançam na vida adulta definida pela ocupação dessas pessoas e que a falta de recursos educacionais dificulta a mobilidade social, porque a escolarização pode ser uma das principais vias de ascensão social e de superação de desvantagens herdadas.

Para a execução desse trabalho fazemos uso de metodologia quantitativa e analisaremos as taxas relativas de mobilidade social, que são obtidas a partir de modelos log-lineares e expressas em termos de razões de chances que podem ser interpretadas como uma medida da desigualdade de oportunidades de mobilidade social. Nossas análises serão realizadas com a população de famílias brasileiras de baixa renda cadastradas no Cadastro único (Cadúnico).